

Diário Oficial da União – Edição 87 – Seção 3 – p. 200

Órgão: Ministério Público da União/Ministério Público Militar/Procuradoria-Geral de Justiça Militar/Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça Militar/Departamento de Administração

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ISSN 1677-7069 No 87, terça-feira, 12 de maio de 2026

Espécie:

19.03.0000.0000762/2026-39. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: OPEN WORK SERVICE FACILITIES LTDA. CNPJ: 22.083.263/0001-44. Finalidade: Alteração do Contrato nº 36/2024, referente à prestação de serviços de copeiragem, para atender à Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo/SP. Data de assinatura: 8/5/2026. Assinam: Antonio Carlos Alves Coutinho, Diretor-Geral, pelo MPM, e Amom Figueiredo Rodrigues, pela contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3o Termo Aditivo ao Contrato no 20/2023-MPM. Processo no: 19.03.0000.0000666/2026-46. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: ECO MASTER TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. CNPJ: 04.732.021/0001-52. Finalidade: Alteração do Contrato nº 20/2023, referente à prestação de serviços de copeiragem, para atender à Procuradoria de Justiça Militar em Recife/PE. Data de assinatura: 8/5/2026. Assinam: Antonio Carlos Alves Coutinho, Diretor-Geral, pelo MPM, e Júlio Augusto de Amorim Barbosa, pela contratada.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PAR No 6/2025-MPM

O Diretor-Geral da Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, no uso das atribuições regimentais e das competências delegadas pelas Portarias PGJM no 290, de 5 de dezembro de 2013, e no 96, de 15 de abril de 2024, considerando o disposto no artigo 158 da Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021, e em conformidade com o art. 44, §6o, da Portaria PGR/MPU no 178, de 13 de setembro de 2023, NOTIFICA a empresa RF COMÉRCIO E SERVICOS LTDA., inscrita no CNPJ no 46.288.624/0001-57, acerca da imposição da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 7 meses, com amparo no art. 156, § 4o, da Lei 14.133/21, em decorrência de decisão proferida no Processo SEI 19.03.0000.0002494/2025-38. A empresa poderá apresentar

Síntese
12 de maio de 2026

recurso da decisão no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, preferencialmente por meio do endereço eletrônico dq.comissaopar@mpm.mp.br, ou via postal, aos cuidados da Comissão Processante dos Processos de Apuração de Responsabilidade (CPPAR) no seguinte endereço: Procuradoria- Geral de Justiça Militar - Setor de Embaixadas Norte, Quadra 801, lote 43, Asa Norte, Brasília - DF - CEP: 70800-921. A contratada poderá solicitar acesso aos autos do processo eletrônico por meio do e-mail indicado. A não apresentação de recurso no prazo estipulado implicará o prosseguimento do processo à revelia nos moldes da Portaria PGR/MPU no 178/2023.

ANTÔNIO CARLOS ALVES COUTINHO
